

BRASIL: MARCHAS PARA O ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO

Gilmar Mendes Lourenço

Apesar de díspares, as estatísticas disponíveis permitem a confecção do diagnóstico de que a economia brasileira estaria, de maneira vagarosa, escapando de uma etapa de pronunciada contração da produção e dos negócios, com duração de três anos, e ingressando num ciclo de estagnação dos níveis de atividade.

Aliás, tal episódio deve ser interpretado como absolutamente normal em sistemas capitalistas que desprezaram a recuperação do investimento, por conta da ativação de matrizes políticas voltadas à perpetuação no poder e, o que é mais grave, à abdicação da tarefa de governar, mesmo que ao preço da quebra do estado.

Prova disso é que o produto interno bruto (PIB) contabilizou variação zero no primeiro semestre de 2017 e os principais indicadores de consumo permanecem rastejando. O volume dos serviços encolheu -4,1% no período e o de vendas do comércio de varejo cresceu apenas 0,3%, contra retração de -8,1%, entre janeiro e junho do ano passado, puxado pela performance positiva de somente três, dos dez ramos acompanhados por pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São eles: eletrodomésticos; tecidos, vestuário e calçados; e material de construção.

Com respeito aos indicadores industriais, apurados mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), verificou-se contração generalizada entre janeiro e agosto de 2017, em confronto com igual intervalo de 2016, especificamente faturamento real (-5,0%), emprego (-3,7%), horas trabalhadas na produção (-3,3%) e massa salarial real (-3,0%).

Por essa ordem de raciocínio, é fácil perceber que empreitadas de retomada sustentada do crescimento exigirão esforços coletivos nada desprezíveis, concentrados em reparos das apreciáveis avarias provocadas pelo emprego, durante decênio e meio, de estratégias macroeconômicas populistas, focadas no imediatismo dos resultados eleitorais, amparadas em medidas de estímulo ao consumo desenfreado, lideradas por crédito abundante, porém caro; entrada de recursos externos, associada ao bônus global das commodities; e irresponsabilidade fiscal.

A utilização inadequada do arsenal econômico, meticulosamente planejada pelas autoridades, inclusive com maquiagens nas finanças públicas e radicalização da concessão de financiamentos subsidiados a grupos empresariais dirigidos por “amigos do rei e da rainha”, conhecidos como campeões nacionais (só se for de competição de quarta divisão), logrou êxito na produção de uma enorme crise de endividamento público e privado (consumidores e empresas).

Ao contrário da esmagadora maioria dos eventos de instabilidade, que atingiram a nação ao longo de sua história, desta feita a motivação dos embaraços não repousa nos desequilíbrios nas transações correntes do balanço de pagamentos que, por sinal, despencaram de -US\$ 104,2 bilhões, em 2014, ou 4,2% do produto interno bruto (PIB), para -US\$ 13,8 bilhões, em julho de 2017 (em doze meses), ou 0,7% do PIB, devido à combinação entre reação moderada, mas generalizada, da economia internacional, depreciação do real e recessão doméstica.

De fato, o desmanche da recessão, a superação da estagnação e o alcance de fases de recuperação da capacidade expansiva do País impõe a operação harmônica do organismo econômico, semelhante à ligação do motor e ao engate das marchas de um veículo, preferencialmente sem arranhões, descuidos com a embreagem e velocidade excessiva.

O funcionamento da máquina e o imediato engate da primeira marcha correspondem ao controle da inflação, condição essencial para o alargamento do horizonte temporal de previsibilidade no cálculo econômico, facilitando a programação de gastos das famílias e a definição e execução dos planos de inversões em aumento e modernização da capacidade produtiva das companhias.

As mensagens são bastante positivas nesse campo. A depressão na demanda doméstica, a acomodação do câmbio e a supersafra de grãos - estimada em 242,1 milhões de toneladas, pelo IBGE, representando acréscimo de 31,1% em relação ao volume colhido em 2016 - oportunizou declínio expressivo e consistente das tensões de preços.

Assim, o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), calculado pelo IBGE para mensurar a variação de preços de um conjunto de produtos consumidos por famílias que possuem renda mensal entre um e quarenta salários mínimos e referência para o regime de metas, acusou elevação de 2,71% em doze meses findos em julho de 2017, a menor desde fevereiro de 1999 (2,24%), ficando abaixo do piso da intenção de 3% ao ano, fixado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O êxito na contenção inflacionária ensejou a troca para a segunda marcha, a partir de fins de 2016, quando o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), iniciou um estágio de corte dos juros primários, chamados Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), que recuaram de 14,25% a.a., em outubro de 2016, para 9,25% a.a., em julho de 2017.

No entanto, a regressão dos juros tem ocorrido em ritmo inferior à da inflação e não vem sendo transferida de maneira linear para o preço final do dinheiro, devido, de um lado, ao expressivo grau de concentração bancária – quatro instituições (duas públicas e duas privadas) detêm mais de 70% dos ativos – e, de outro, à continuidade da impulsão da dívida pública, que transforma o governo, notadamente o desnível fiscal e financeiro nas diferentes instâncias, no principal obstáculo ao ajustamento macroeconômico.

Isso é particularmente preocupante, em razão do ínfimo peso do mercado de capitais brasileiro, expresso na desprezível participação das empresas na Bolsa vis a vis outras fronteiras da globalização, o que limita a captação de recursos alternativamente à fonte representada pelo crédito bancário que, diante da necessidade de suprimento da voracidade governamental, é reconhecidamente caro. (tabela 1).

PAÍSES	VALOR EM BOLSA (% DO PIB)
Estados Unidos	139
Austrália	89
Coréia do Sul	89
Tailândia	88
Chile	79
China	74
Índia	72
Irlanda	45
México	35
Peru	30
Rússia	29
Brasil	28
Turquia	26
Argentina	10

FONTE: ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT

Uma observação mais abrangente da dinâmica das ocupações revela situação ainda preocupante quando ao desemprego.

A terceira marcha engloba o reerguimento do mercado de trabalho, embora beneficiando mais homens e profissionais com maior nível de escolaridade. Conforme levantamentos do Ministério do Trabalho, o emprego com carteira assinada vem apresentando números positivos desde abril de 2017. Houve a criação líquida de 35,9 mil vagas formais, no mês de julho, sendo que a construção civil, ao registrar acréscimo de 724 postos, exibiu o primeiro desempenho favorável desde setembro de 2014 (8.437). Entre janeiro e julho de 2017, houve a abertura de 71 mil vagas, contra fechamento líquido de 644,3 mil postos, no mesmo intervalo de 2016.

Contudo, uma observação mais abrangente da dinâmica das ocupações, propiciada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, efetuada pelo IBGE, revela situação ainda preocupante quando ao desemprego. A taxa de desocupação caiu de 13,7% da população economicamente

ativa (PEA), entre janeiro e março de 2017, para 12,8% da PEA, no trimestre móvel encerrado em julho de 2017, mas subiu em relação ao intervalo maio-julho de 2016, quando atingiu 11,6% da PEA. Em volume, estima-se que 13,3 milhões de brasileiros estariam sem emprego e à procura de trabalho.

A estabilização do rendimento médio mensal das pessoas empregadas, derivada da contração da inflação, não ostenta o poder de catapultar o consumo, também debilitado pela explosão do endividamento e da inadimplência. Sondagem da Confederação Nacional do Comércio (CNC) denotou subida do passivo das famílias entre junho e julho de 2017, passando de 56,4% para 57,1% do total (que mencionou ter algum tipo de dívida).

A CNC mostrou que, mesmo com o uso de parte dos R\$ 44 bilhões da liberação das contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para a liquidação ou amortização de dívidas, 24,2% dos brasileiros indicaram estar com contas atrasadas, em média de 65 dias, contra 24,3%, em junho de 2017, e 22,9%, em julho de 2016, e 9,4% não dispõem de condições para quitação dos débitos. Ademais, 76,9% possuem dívidas na modalidade mais cara de financiamento, expressa no cartão de crédito, que cobra 399,1% a.a., segundo o BC, mesmo depois das alterações de regras que impedem a permanência do mutuário na categoria rotativo por mais de 30 dias.

A despeito da ocorrência de frequentes engasgos na aceleração, enroscadas nas mudanças e insuficiente giro do motor, o uso das três marchas tem sido ao menos percebido.

Na verdade, a precariedade dos trajetos aparece nas tentativas de realização das outras trocas, dependentes de complexas amarrações políticas e da formulação de um projeto de longo prazo para nação. Decerto, trata-se de objetivos inalcançáveis se forem perseguidos por meio de ações de um executivo fraco e, o que é pior, refém do legislativo mais corrupto da vida republicana.

Pesquisa efetuada pelo Instituto Ipsos, em julho de 2017, revelou que 94% dos detentores de mandato não representariam os interesses da sociedade brasileira. A desaprovação popular se estende a membros do judiciário, com notoriedade para Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), cuja conduta é reprovada por 67% das pessoas entrevistadas.

Há cerca de quatro décadas, o atleta do século 20 e maior jogador de futebol de todos os tempos, Edson Arantes do Nascimento, Pelé, sofreu severa marginalização por declarar que o brasileiro não sabia votar, quando indagado a respeito da decisão das administrações militares de eliminar os pleitos diretos para cargos do executivo.

Em setembro de 1993, o ex-sindicalista Lula foi blindado por um exército de simpatizantes - começando por intelectuais de esquerda, passando por empresários e cientistas políticos e chegando aos comunicadores e formadores de opinião - e brindado com uma música do grupo "Paralamas do Sucesso", depois de afirmar que no congresso haveria uma maioria de 300 picaretas. Por não saber fazer contas, mesmo tendo ocupado cadeira naquela casa de leis, Lula subdimensionou o plantel de desonestos por lá hospedado.

Em sentido análogo, em comício realizado no Rio de Janeiro, durante a campanha eleitoral de 2010, Lula afirmou que "votar no Sérgio Cabral é quase uma obrigação moral, ética, política, é um compromisso de honra, porque esse homem já provou que é um homem de bem".

Nessa linha, a quarta marcha está, na melhora das hipóteses, emperrada. Ela reuniria o grupo de reformas institucionais, imprescindíveis à restauração do equilíbrio estrutural das finanças e da solvência do setor público, além da elevação da eficiência da microeconomia nacional, combatida pela crônica compressão do poder de inversão do governo e a subida do custo Brasil, derivada da conjugação entre progressão da cunha tributária e deterioração da infraestrutura.

A conquista do reequilíbrio das contas públicas no Brasil, condição indispensável à retomada sustentada do crescimento de longo prazo, está ficando cada vez mais fora do alcance dos radares das autoridades econômicas. A vitrine do processo expõe as projeções de estouro da meta de déficit primário, estimada em -R\$ 139,0 bilhões, para 2017, e -R\$ 129,0 bilhões, para 2018, e alterada para -R\$ 159,0 bilhões, para ambos os períodos. A modificação deverá constar do projeto do orçamento, a ser encaminhado pelo ministério da fazenda, ao congresso nacional.

Essencialmente, o esperado sucesso na aplicação do teto de variação dos dispêndios primários da união, com base na espiral de preços do ano anterior, com validade de vinte anos, a contar de 2017, foi anulado pelo extraordinário refluxo da curva de preços. Em outros termos, a inflação corrente inferior à pretérita fragilizou o fluxo de caixa do governo.

A arrecadação federal derrubou as previsões otimistas em razão dos efeitos da intensa e longa recessão e da frustração de outros ingressos.

Para piorar o quadro, a arrecadação federal derrubou as previsões otimistas, ao acusar acréscimo real de apenas 0,6%, nos primeiros sete meses do ano, em razão dos efeitos da intensa e longa recessão e da frustração de outros ingressos com o retorno da oneração da folha de salários, para alguns segmentos empresariais, e o parcelamento de dívidas junto à união (Refis).

De fato, o panorama das finanças públicas mostra-se caótico. De acordo com o Banco Central (BC), em doze meses encerrados em julho deste exercício, o desnível primário estava em -R\$ 170,5 bilhões, equivalendo a 2,7% do PIB, o nominal (que inclui os juros da dívida) perfazia -R\$ 598,7 bilhões, 9,4% do PIB, e as dívidas líquida e bruta (agregando governo federal, INSS, estados e municípios) do setor público

somavam R\$ 3,206 trilhões, 50,1% do PIB, e R\$ 4,722 trilhões, 73,8% do PIB, respectivamente.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que o endividamento bruto público nacional alcance 81,2% do PIB, no final do ano, versus 48,5% da média dos emergentes. Já a Instituição Fiscal Independente, ligada ao senado da república, prevê que chegue a 92,4% em 2023.

Um complicador adicional diz respeito às circunstâncias que asseguraram a permanência do chefe de estado no cargo, sintetizadas na rejeição (por maioria de 263 dos 513 votos), em agosto de 2017, da continuidade das investigações, pelo STF, da acusação de corrupção passiva movida contra o mandatário do País, pela Procuradoria Geral da República (PGR).

Mais precisamente, beneficiado pela apatia da população, oportunismo corporativo e participação crucial de parte da banda podre da política brasileira, o episódio “Michel Temer, fique mais um pouquinho, você é admirável e o auditório é formidável”, lembrando música do programa Sílvio Santos, dos anos 1970, serviu para subtrair a já escassa legitimidade do congresso, no encaminhamento das modificações estruturais, em especial aquelas que envolvem o aparato previdenciário e tributário, cuja aprovação das respectivas emendas constitucionais requereria a obtenção de 308 votos no parlamento.

Frise-se que o colapso fiscal se restringe ao governo federal e algumas unidades federadas, precisamente Roraima, Tocantins, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que contabilizaram déficit primário em relação à receita corrente líquida (RCL) de, respectivamente, -2,1%, -2,4%, -0,5%, -2,0%, -2,3%, -5,8% e -1,4%, em doze meses até junho de 2017 (tabela 2).

O episódio “Michel Temer, fique mais um pouquinho, você é admirável e o auditório é formidável”, serviu para subtrair a já escassa legitimidade do congresso.

TABELA 2 - BRASIL – ESTATÍSTICAS FISCAIS REGIONAIS* – JULHO/2017 (% da receita corrente líquida)

REGIÃO/ESTADO	Dívida líquida	Necessidades de financiamento – Acumulado em 12 meses		
		Primário	Juros nominais	Nominal
NORTE	14,7	-1,6	1,0	-0,6
Acre	50,3	-7,4	3,1	-4,3
Amazonas	24,0	-2,2	1,6	-0,6
Amapá	16,3	-1,1	1,5	0,4
Pará	0,6	-1,3	0,4	-0,9
Rondônia	25,6	-4,2	0,6	-3,6
Roraima	2,7	2,1	0,4	2,4
Tocantins	17,4	2,4	1,3	3,7
NORDESTE	23,3	-2,0	1,4	-0,6
Alagoas	47,3	-2,5	5,0	2,5
Bahia	25,7	0,5	1,1	1,6
Ceará	17,4	-4,3	1,2	-3,0
Maranhão	19,1	-2,5	1,4	-1,1
Paraíba	16,4	-4,0	0,8	-3,2
Pernambuco	25,8	-3,3	1,5	-1,9
Piauí	17,6	-0,8	1,1	0,3
Rio Grande do Norte	4,3	-1,0	0,3	-0,7
Sergipe	39,7	-1,2	1,8	0,6
CENTRO-OESTE	37,4	-0,2	2,8	2,6
Distrito Federal	29,2	2,0	1,1	3,1
Goiás	53,9	-0,6	4,9	4,3
Mato Grosso do Sul	40,0	-2,0	2,6	0,6
Mato Grosso	16,9	-0,1	1,3	1,2
SUDESTE	114,5	-0,2	8,5	8,3
Espírito Santo	6,5	-3,2	0,9	-2,4
Minas Gerais	110,0	2,3	9,7	11,9
Rio de Janeiro	147,8	5,8	9,0	14,9
São Paulo	113,6	-2,8	8,5	5,6
SUL	62,1	-0,4	3,3	2,9
Paraná	19,3	-2,3	2,1	-0,2
Rio Grande do Sul	124,1	1,4	4,9	6,3
Santa Catarina	30,8	-0,4	2,7	2,3

FONTE: BANCO CENTRAL, *governo estadual, capital e principais municípios

Os demais entes acumularam superávits primários, com destaque, no elenco das unidades mais avançadas, para São Paulo (2,8%) e Paraná (2,3%), justamente aqueles que despenderam esforços de racionalização de gastos e ganhos de arrecadação, via melhoria das engrenagens da máquina e elevação de tributos, a partir de 2015.

Os desenhos mais dramáticos de peso do estoque da dívida líquida na RCL são expostos por Rio de Janeiro (147,8%), Rio Grande do Sul (124,1%), São Paulo (113,6%) e Minas Gerais (110,0%). Dentre os estados considerados desenvolvidos, situações tidas como confortáveis são denotadas no Paraná (19,3%), Bahia (25,7%) e Santa Catarina (30,8%).

Porém, no âmbito dos problemas atrelados às contas dos estados, cabe mencionar o retrocesso subjacente à aprovação e sanção da Lei Complementar (LC) 160/2017, em 06 de julho de 2017, que prevê a manutenção, por até 15 anos, dos incentivos fiscais ancorados no ICMS, concedidos sem autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), conforme previa a outra LC, a 24/1975.

A inoperância da gestão Temer e a priorização de negociações clientelistas com um legislativo oportunista, empenhado em escapar do elixir contra a corrupção, explicam os sucessivos fracassos na execução da peça orçamentária, a aceitação passiva de crescentes rombos nas finanças públicas e morosa redução do endividamento, e a realização, em alto padrão, do acabamento da construção da falência do estado brasileiro, iniciada por Lula e Dilma.

A quebra do estado constitui o principal entrave à entrada da quinta marcha: a desobstrução dos gargalos infraestruturais. Simulações feitas pela Inter.B Consultoria mostram a pequenez dos investimentos em infraestrutura no Brasil, inferiores a 2% do PIB, contra 13% do PIB, na China, 6% do PIB, no Chile, e 4,2% do PIB, no Peru.

O mais gritante, porém, é que a falta de um amplo e transparente programa de privatizações e concessões, com regras claras e estáveis e fixação de retornos compatíveis com os maiores risco e prazo de maturação dos empreendimentos, tem espantado potenciais investidores privados, que preferem deixar os haveres excedentes estacionados na ciranda financeira, viabilizada e vitaminada pelo enorme e crescente passivo público.

O delineamento da possibilidade de corrida em sexta marcha está igualmente penalizado. Nesse caso, sobressai o descaso oficial com os segmentos portadores de fatores de vanguarda, notadamente educação, inovação e produtividade, retratado no rápido encolhimento da indústria de transformação e abandono das iniciativas de inserção externa competitiva de empresas e até ramos econômicos, em um contexto de declínio potencial da força de trabalho, atrelado ao provável fechamento da janela demográfica, em menos de duas décadas.

À exceção da excelência do agronegócio, explicada por permanentes incursões modernizantes de organizações empresariais, com ênfase para as cooperativas, e a retaguarda técnica erguida pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (Embrapa), ladeada por institutos estaduais, o Brasil foi destituído de políticas industriais horizontais.

Enquanto o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) escolheu incentivar, com vultosa quantia de recursos subsidiados, bancados pelo tesouro nacional, a formação das medalhas de ouro nacionais, como os grupos JBS, pertencente aos irmãos Joesley e Wesley, e EBX, de Eike Batista, que venceram apenas os certames de corrupção, dividindo pódio e verbas com membros do executivo e legislativo, a participação do parque fabril no PIB caiu de 17,8%, em 2004, para 11,7%, em 2016.

Os gastos destinados à educação no País, correspondentes a 5% do produto interno bruto (PIB), semelhantes aos padrões de nações avançadas, são ineficientes e inadequadamente repartidos, reflexo de crônicos erros de gestão e pressões corporativas, oportunizando a penalização do aprendizado fundamental e a pouco criteriosa ampliação da fatia do ensino superior, apoiada na concessão de vantagens a escolas privadas, em nome da democratização do acesso à educação superior.

O dispêndio médio por aluno nas universidades públicas brasileiras é quatro vezes superior ao aferido para escolas dedicadas ao ensino de infantil ao médio, bastante acima dos registros dos estados integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que, ante as perenes resistências à discussão do financiamento da educação pública de terceiro grau (ocupada por mais de 2/3 de egressos do ensino médio privado), serve para agudizar o desnível de oportunidades entre alunos oriundos de famílias ricas e pobres.

Em vertente complementar, enquanto o Brasil investe apenas 1,2% do PIB a.a. em pesquisa e desenvolvimento, os centros avançados destinam mais de 3% do PIB a.a. para o nobre objetivo de amparo ao progresso técnico e à transformação de ideias da escala laboratorial para a industrial. O grau de inovação de segunda linha apresentado pela nação é comprovado pela ocupação de posição marginal, no universo dos BRICs, em solicitações de patentes, sendo 6,6 mil em 2016, contra 23,9 mil da Índia, 33,8 mil da Rússia e 1.010,4 mil da China,

O País permaneceu na 69ª posição no índice global de inovação, em um ranking de 130 nações, responsáveis por 92,5% da população e 97,5% do PIB planetário, preparado por pesquisa anual, realizada pela Universidade Cornell

(Estados Unidos), INSEAD (The Business School for de World), da França, e Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Wipo, em inglês).

A classificação é feita com base na combinação e avaliação de parâmetros quantitativos, como registros de patentes, despesas em educação e mecanismos, perfil e volume de financiamentos, e qualitativos, centrados nas percepções de gestores públicos, lideranças empresariais, academia e representantes da sociedade civil.

Pelo sétimo exercício consecutivo, a Suíça (67,7 pontos) preservou a primeira posição, seguida por Suécia, Países Baixos, Estados Unidos e Reino Unido, que fecham o time dos cinco primeiros em postura inovadora.

Com score de 33,1 pontos, dentro de uma faixa que varia entre 15,6 (Lêmen) e Suíça, o Brasil mostrou-se menos inovador do que a Sérvia, Panamá, Ilhas Maurício, Colômbia, Bahrein, Uruguai e Geórgia, e ligeiramente melhor do que Peru, Brunei, Marrocos, Filipinas, Tunísia, Irã e Argentina, o que restringe as chances de ampliação da presença e influência nas cadeias produtivas mundiais, em regime de acirramento da concorrência.

A despeito de ostentar a condição de maior dimensão econômica (PIB) da América Latina e do Caribe, o Brasil figurou apenas no 7º lugar em comportamento inovador, em um grupo de 18 países da região. O Chile é o primeiro e o 46º da lista completa. O mais gritante, porém, é que, em 2011, o Brasil figurava na 47ª colocação, a melhor já alcançada, sendo que a pior performance da história compreendeu a 70ª posição, exibida em 2015.

Como não há milagres em economia, o atraso tupiniquim é resultado de árduo esforço de destruição das variáveis subjacentes à educação, produtividade e industrialização. De acordo com pesquisa da CNI, o setor industrial de transformação nacional apresenta a menor expressão (11,7% do PIB total), dentre os mercados emergentes, situando-se atrás inclusive da Argentina, que agoniza em sucateamento fabril desde a década de 1990.

A deficiente qualidade da formação educacional e ausência de compromissos com a inovação interferem decisivamente na produtividade.

A deficiente qualidade da formação educacional e ausência de compromissos com a inovação interferem decisivamente na produtividade. Estimativas de produtividade total dos fatores, preparadas pela OCDE, apontam variação de apenas 0,4% a.a., no Brasil, entre 2003 e 2016, contra 5,0% a.a., na Ásia, 4,0% a.a., nos Estados Unidos, e 3,0% a.a., na Europa.

Além disso, depois de crescer 6,5% ao ano, entre 1990 e 2000, a produtividade da mão de obra do segmento brasileiro variou 0,5% a.a., entre 2000 e 2010, e encolheu -1,1% a.a., no intervalo compreendido entre 2011 e 2016. A eficiência do trabalhador brasileiro representa 24,1% da apurada para o americano, 40,0% para o sul-coreano, 51,0% para o chileno e 59% para o russo.

Dados relativos à evolução da produtividade do fator trabalho, em intervalo de tempo mais longo, podem ser visualizados na tabela 3.

TABELA 3 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR TRABALHADOR, SEGUNDO PAÍSES SELECIONADOS – 1980-2016

PAÍSES	VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL (%)
Índia	4,63
Coreia do Sul	4,07
Tailândia	3,58
Turquia	2,81
Polônia	2,37
Japão	2,09
Estados Unidos	1,72
Chile	1,63
Espanha	1,36
Israel	1,35
Austrália	1,21
Rússia	0,92
Colômbia	0,87
Brasil	0,47

FONTES: BANCO MUNDIAL

Diante do que foi resumidamente exposto, parece prudente advertir que a perfeita sincronização das marchas para o desenvolvimento do carro brasileiro requer abrangente entendimento social, inserindo os múltiplos atores, sintetizados no governo e membros de frações civis (entidades empresariais, representantes de trabalhadores, organizações não governamentais, etc.).

Apesar dos prováveis e inevitáveis percalços, a sociedade brasileira reúne trunfos para a concretização do complicado percurso. Dentre eles emerge, na área de recursos à produção, a disponibilidade de expressivas extensões de terras a serem exploradas com a atividade agropecuária e uma matriz energética limpa.

No terreno político, surge a consolidação e o amadurecimento da democracia, reconquistada em 1985 - ainda que de forma indireta, com sufrágio restrito ao colégio eleitoral, fruto da celebração de uma aliança conservadora entre as alas moderada das oposições e progressista do regime militar - depois de maciças manifestações, via voto, contra o regime ditatorial instaurado em 31 de março de 1964, além da instituição de significativos direitos sociais, com a Carta Magna de 1988.

Igualmente notável foi a capacidade de retirada de dois chefes de estado, eleitos pelo voto popular, por intermédio do instrumento de impedimento, em 1992 e 2016, a conquista da estabilidade monetária, depois do plano real, implantado em 1994, e o aprendizado da feitura de políticas sociais, com a execução de programas oficiais de transferência de renda.

Também seria digno de nota o despertar do espírito de recuperação da ética e do sentimento de cidadania, com o consentimento coletivo à apuração dos “amazônicos” casos de corrupção que, com o aparelhamento partidário dos órgãos governamentais e das companhias estatais, promoveram uma verdadeira dilapidação do patrimônio público no passado recente.

Mais que isso, os agentes econômicos e sociais atuantes no País tem absoluta convicção de que, da porta para dentro das unidades econômicas, basta otimizar gestão, inovação, sustentabilidade e produtividade. Em paralelo, da porta para fora, convém buscar a consecução de propósitos já alcançados por nações que deram certo, especificamente as reformas (tributária, fiscal, administrativa, financeira, patrimonial, previdenciária e do judiciário), a revolução educacional e o choque de infraestrutura.